

ATUAÇÃO DO CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL FRENTE AO PROCESSO DA RECICLAGEM: UMA REVISÃO

Dellany Oliveira de Araujo¹ Gloria Maria Marinho Silva Sampaio²

RESUMO

Este artigo-revisão traz uma abordagem sobre os catadores de materiais recicláveis e a função destes trabalhadores na cadeia produtiva da reciclagem. A discussão aborda o profissional catador, a constatação da importância ambiental do trabalho da catação, a aceitação da categoria pela sociedade e a organização social, econômica e política dos catadores. Neste contexto são delineadas as condições precárias, vividas por estes trabalhadores para desenvolver a atividade da catação, as relações surgidas com a indústria da reciclagem e com os governos, e a importância da luta da categoria de catadores pela garantia dos direitos trabalhistas e por melhores condições de trabalho, bem como a gradativa incorporação dessa questão em políticas públicas, uma vez que a gestão dos resíduos sólidos envolve diversos fatores e interesses. O artigo tem como objetivo geral compreender a atuação do catador de material reciclável frente ao processo da reciclagem.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos, Catador de Material Reciclável, Reciclagem.

PERFORMANCE OF RECYCLABLE MATERIAL PICKER TOWARD THE RECYCLING PROCESS: A REVIEW

ABSTRACT

This review article depicts an approach on the waste pickers and the function of these workers in the productive chain of recycling. The discussion addresses the professional waste picker, examining the environmental importance of the work of waste picker, a category of acceptance by society and social organization, economic and political waste picker. In this context there have been outlined poor conditions experienced by these workers to while performing develop the activity of waste picking, the relationships emerged on the recycling industry the governments, and the importance of struggle the category of collectors by ensuring labor rights and better conditions work, and the gradual incorporation in this issue public policy, once the solid waste management involves many factors and interests. The article aims the understanding the performance of the recyclable material picker toward the process of recycling.

KEYWORDS: Solid Waste, Recyclable Material Picker, Recycling.

¹Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão Ambiental (Saneamento Ambiental) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da CAPES. E-mail: dellanyoliveira@gmail.com.

²Pesquisadora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Professora do Programa de Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental do IFCE, Bolsista de Produtividade do CNPq PQ nível 2. Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará (1990), Mestrado em Engenharia Civil (Saneamento Ambiental) pela Universidade Federal do Ceará (2001) e Doutorado em Hidráulica e Saneamento pela Escola de Engenharia de São Carlos/USP (2005). E-mail: gloriamarinho@ifce.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se em um mundo em que as relações de consumo tornaram-se desenfreadas, desembocando num padrão completamente insustentável e degradante. Além disto, tudo passa a ser descartável, os produtos tornam-se rapidamente inutilizados, na medida em que são oferecidos outros similares, ou em uma versão mais apropriada, pressionando para que haja aceleração de seu tempo de giro na economia, ou seja, atrelado à produção de lixo, existe um vínculo com uma dinâmica econômica que se fecha, tendo a si mesma como fim, não se importando com os efeitos colaterais de seus produtos, nem com sua funcionalidade efetiva. Tudo isto, tem contribuído para que haja um aumento considerável de lixo. Diante de informações como esta; do volume de lixo produzido diariamente por cada brasileiro (estimado em aproximadamente 1 kg); dos efeitos sobre o meio ambiente e a própria natureza humana, começa a causar preocupação quanto à destinação final do resíduo.

Contudo, a reciclagem se apresenta como uma maneira de tratamento do lixo que traduz economia relacionada ao meio ambiente e à energia, contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população (MORAES, 2009).

Conforme Schmitt & Esteves (2011) os lixões têm-se tornado cada vez mais o alvo de pessoas de baixa renda, que encontraram na coleta de materiais recicláveis uma forma de sobrevivência. A catação de resíduos sólidos urbanos é uma atividade relativamente recente no Brasil e vem crescendo nos últimos anos devido ao incentivo à reciclagem, como forma de resposta ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis e da degradação ambiental. De acordo com as autoras, a geração de renda a partir da geração de resíduos se constituiu contraditoriamente, problema e alternativa, criados pela sociedade de consumo e envolve não só medidas técnico-econômicas, mas, principalmente, propiciam reflexões profundas acerca do modo de produção e consumo atuais.

Para Pereira & Teixeira (2011), a atividade de catação no Brasil e a sobrevivência de milhares de pessoas por meio do lixo já vêm ocorrendo há algumas décadas; no entanto, somente nas duas últimas, a atividade ganhou atenção pública e reconhecimento como um problema social.

Assim, destaca-se sobre a importância em reconhecer que o trabalho desenvolvido pelos catadores, apesar do estigma ainda existente, é um trabalho extremamente necessário para a preservação do meio ambiente; no entanto, por trás deste incrível trabalho está a luta cotidiana pela sobrevivência e pela dignidade (SCHMITT & ESTEVES, 2011).

Apesar disto, percebe-se que o grande desafio nos processos de organização socioprodutiva com catadores de materiais recicláveis é combinar a criação dos postos de trabalho com a possibilidade de participação dos catadores na gestão dos resíduos, para que estes

trabalhadores não se vejam como beneficiários, mas como responsáveis por suas conquistas e conscientes de que sua luta precisa continuar avançando (BORTOLI, 2009). Deste modo, buscam-se possibilidades de maior inserção destes trabalhadores nas diferentes cadeias produtivas da reciclagem, como a formação de redes de cooperativas e unidades fabris de beneficiamento de recicláveis (PEREIRA & TEIXEIRA, 2011).

Para Melo & Souto (2011) a reciclagem de resíduos sólidos, na atual escala de concorrência global entre monopólios transnacionais e rearranjos na composição orgânica do capital, é receita de *marketing* que o capital (re)cria para anunciar que respeita, promove e se reproduz em um ambiente sadio, seguro e justo; e o motor deste negócio é o lucro.

Os autores também afirmaram que, pela natureza da atividade, são exatamente os sujeitos a quem não resta mais nenhuma alternativa de ingresso e ocupação no mercado de trabalho, que vão ser explorados informalmente pelo capital. Este ganha duplamente com a cata de recicláveis e com a diminuição dos gastos que teria com energia, água e a matéria-prima *in natura*, fontes naturais e substanciais na criação de suas mercadorias.

É neste contexto que estudiosos de varias especialidades vêm pensando em soluções para minorar os processos de degradação dos ecossistemas e precarização do mundo do trabalho em nosso planeta; no entanto o modo de produção capitalista encontra barreiras e limites a certas medidas, por considerar alto o custo financeiro que o tratamento adequado ao lixo impõe, já que parte das soluções propostas atinge diretamente os processos produtivos. A saída de menor risco e custo encontrados, pelo menos no que tange ao lixo, foi a reciclagem.

Para Campos *et al.* (2009) o aspecto mais significativo que as pesquisas têm demonstrado vai além dos benefícios da gestão integrada dos resíduos sólidos, urbanos, e dos aprimoramentos nos processos industriais. O fator de inserção social é um aspecto deste processo que se tem destacado constantemente, para que seja mais bem estudado, planejado e desenvolvido.

Diante desse cenário, o artigo-revisão traz reflexões de pesquisadores sobre a atuação do catador de material reciclável em face do processo da reciclagem.

2 O PROFISSIONAL DA CATAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL

No Brasil, a profissão de catador de material reciclável é reconhecida e foi oficializada em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Estima-se que, no país, existam mais de 500 mil catadores de lixo; contudo o reconhecimento da profissão não implicou mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham, em geral, menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares, não estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem (BORTOLI, 2009). Os catadores se autoempregam, mas, na realidade, eles vendem sua

força de trabalho à indústria da reciclagem, sem, contudo, terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho (MEDEIROS & MACEDO, 2007).

Para Medeiros & Macedo (2007) o fato de os catadores constarem na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) poderia ser um indicativo que apontasse para o resgate da dignidade desses trabalhadores, inserindo-os no âmbito das políticas públicas; o que se observa, porém, é uma condição oposta, na qual o trabalho da catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Ainda afirmaram que o trabalhador-catador é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas; condições que são extremamente precárias tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração. Além disso, os catadores de materiais recicláveis não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico, o que resulta na desqualificação da profissão.

Não obstante, soma-se a esta dinâmica, o fato de que os catadores foram e, muitas vezes, ainda são “vistos” pela sociedade como “delinquentes” e/ou “mendigos” que “sujam” os centros urbanos. Tal percepção gerou, e ainda gera, “políticas higienistas” por parte do poder público de grande parte das cidades brasileiras; entretanto o poder público tem um papel fundamental na promoção de políticas públicas de inclusão efetiva destes trabalhadores. O reconhecimento do problema e sua inserção efetiva na agenda de políticas públicas dos governos locais é um processo que ainda está em construção, com dinâmicas diversificadas e específicas em cada município (PEREIRA & TEIXEIRA, 2011); contudo os autores ressaltam que, entre as atribuições dos municípios, está a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos – hoje um dos principais problemas ambientais urbanos e um dos maiores desafios aos governos municipais, dada a complexidade que envolve a situação do lixo.

Considera-se que a coleta de material do lixo representa uma estratégia de sobrevivência nos países em desenvolvimento – nas cidades da América Latina, Ásia e África sob as mais diversas denominações. Em português, são conhecidos como catadores, coletores, carroceiros e recicladores. Em espanhol, são denominados *cirujas*, *pepenadores* e *traperos*. Na língua inglesa, são reconhecidos como *rag pickers* e *waste pickers*. Estes profissionais pertencem a segmentos vulneráveis da população, que vivem da coleta de resíduos e enfrentam problemas sociais e econômicos (CARMO, 2006 *apud* SOUZA *et al.* 2012).

Os catadores catam e separam do lixo o material reciclável numa quantidade e com qualidade que seja suficiente para vender. O comércio dos materiais recicláveis entre os catadores e as empresas de reciclagem geralmente passa pela mediação dos atravessadores, chamados de sucateiros. Estes intermediários, os sucateiros, recebem o material coletado pelos catadores, pesam e estabelecem o preço a ser pago aos catadores. Em seus depósitos, os sucateiros vão acumulando os materiais prensando-os em fardos, até conseguirem uma quantidade que viabilize o transporte

para as indústrias de reciclagem. Um dia de trabalho rende aos catadores de 2 a 5 reais dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem (MEDEIROS & MACEDO, 2006). Neste caso, as autoras constataram que, a baixa escolaridade também está associada à autoimagem que os catadores fazem de sua profissão e posição social. Muitos catadores associam a falta de estudos à condição de ter que viver do trabalho de catação, o que para muitos representa humilhação e vergonha. Pode-se inferir que esta associação denota o preconceito e o descrédito que os próprios catadores têm em relação à profissão que exercem.

Desta forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade; sem reconhecimento social, com riscos, muitas vezes, irreversíveis à saúde e com a ausência total de garantias trabalhistas (MEDEIROS & MACEDO, 2007). Os catadores têm consciência da importância de seu trabalho, bem como do preconceito que a sociedade tem em relação a eles. A consciência de sua condição traz consigo sofrimento e, algumas vezes, um sentimento de revolta, uma vez que o trabalho gera vergonha e afeta a autoestima. O homem moderno, querendo ou não, busca, em todas as suas interações com a realidade, encontrar seu lugar na sociedade. Os catadores os encontram na realização de um trabalho, que devolve o lixo ao ciclo natural da vida. Embora exista um grande preconceito em torno da atividade de coleta de lixo, esta foi a única forma de inserção social obtida por estes homens. Responsáveis pelo gerenciamento de um percentual médio de 15% dos resíduos sólidos, urbanos, e cerca de 90% dos materiais recicláveis que alimentam as indústrias de reciclagem brasileiras, os catadores tornam o país um dos campeões mundiais em reciclagem, segundo pesquisa realizada pela United Nations Children's Fund (UNICEF) em 2000. Além dos benefícios ambientais, o serviço prestado ao Estado e à sociedade, por estes trabalhadores, promove, também, a economia em gastos públicos com mão de obra, relativos à limpeza urbana, à manutenção e à infraestrutura (FOSSÁ & SAAD, 2006).

Conforme Campos *et al.* (2009), a inserção social se apresenta como um dos principais fatores a ser considerados pelas diversas instituições (governamentais e privadas) que têm uma verdadeira visão global a respeito da sociedade e da economia. A inserção social é uma das alternativas mais eficazes para que a estrutura social se desenvolva numa perspectiva justa, pela qual os valores humanos sejam evidenciados, sobressaindo ao capitalismo radical que visa apenas ao lucro. É neste contexto que se vem destacando a denominada “Economia Solidária”. Para Wautier (2004) *apud* Campos *et al.* (2009) a economia solidária é uma forma específica de organização e sua atuação transcende a perspectiva unicamente econômica. Ela trabalha a recuperação de valores e práticas sociais que foram sufocados pelo lado insensível do capitalismo radical. Sua atuação na inclusão social de pessoas excluídas do âmbito econômico faz com que

surjam iniciativas locais de diversos indivíduos que têm o intuito de promover a extensão da inclusão econômica, positiva, porém com pretensões de cunho social.

Para Vieira & Ricci (2008) “o sucesso de um empreendimento de economia solidária está diretamente relacionado com o grau de comprometimento das pessoas que dele fazem parte; sua viabilidade, portanto, não depende apenas das condições materiais de que dispõe, mas também do compromisso de todos com os acordos feitos coletivamente”.

Dessa forma, os autores concluíram que, se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condição de desigualdade social, elas encontraram na economia solidária uma forma de viver, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e políticas públicas, municipais, necessárias ao sucesso dos empreendimentos e comprovando que a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental contribuem para a construção de um ambiente sustentável.

3 A FUNÇÃO DO CATADOR NA CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM

A Revolução Industrial foi um marco para as questões ambientais, e o solo e o subsolo passaram a se constituir grandes receptáculos para praticamente todos os resíduos sólidos, gerados pela sociedade consumidora de produtos industrializados e, em larga medida, descartáveis. Atualmente, a geração e acúmulo de lixo se constituem um dos problemas ambientais de extrema relevância e gravidade. Entre as consequências provocadas por geração e acúmulo de lixo, estão a escassez dos recursos naturais, a degradação ambiental e o esgotamento de espaço físico para o armazenamento dos resíduos produzidos. A reciclagem configura-se como importante instrumento entre as alternativas de tratamento para o lixo urbano, pois possibilita o reaproveitamento de materiais descartados e traz benefícios ambientais por meio da economia de recursos naturais, energia e água. Além do inquestionável aspecto ambiental, a reciclagem possibilita ganhos sociais ao absorver, no seu circuito produtivo, os catadores de materiais recicláveis. Estes trabalhadores desempenham um papel preponderante para o processo de reciclagem, pois, atualmente, o fruto de seu trabalho é ponto de partida para o abastecimento, com matérias-primas, das indústrias de reciclagem. Apesar de tudo, a atividade é executada em condições extremamente precárias e informais de trabalho e remuneração, o que evidencia o caráter perverso da inclusão que essa atividade possibilita (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

Para Melo & Souto (2011) o problema do lixo e do tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos é mundial, mormente quando já se anunciou a crise ecológica e os efeitos por ela trazidos para o ar, massas de água, fertilidade da terra e biosfera em sua totalidade. Surgem desta problemática várias questões de reordenamento do metabolismo sócio-natural, controlado pelo

capital, dentre elas: como destinar o lixo produzido na sociedade, especialmente nas cidades. Reciclar tem sido a *saída*. Para que este fato se propague e se desenvolva, promovendo um novo lucro ao capital, é necessária a exploração do catador de resíduos recicláveis, artífice principal da cadeia produtiva da reciclagem: coleta, transformação e retorno ao mercado com novo valor de troca. A reciclagem nasce para o capital com a finalidade do lucro, a mercadoria que é consumida e descartada retorna às indústrias nas formas de plástico, papel, vidro, metal, alumínio etc, e é reutilizada e reaproveitada como matéria prima reciclável transformada numa nova mercadoria, propiciando nova extração de mais-valia e garantia de lucro para a produção capitalista. O uso da força de trabalho do catador garante ganhos ao capital e o legitima, na medida em que graças a esse processo são propagadas a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar que o setor de reciclagem movimenta em torno R\$ 7 bilhões e possuem aproximadamente 850 mil pessoas em toda a cadeia produtiva; deste total, cerca de 800 mil trabalhadores estão na ponta da cadeia produtiva, são eles os catadores de materiais recicláveis e muitos desses trabalhadores são membros de pequenas cooperativas. Nesta conjuntura, pode-se avaliar que as cooperativas de catadores são fundamentais para o funcionamento de toda a estrutura de reciclagem, visto que são responsáveis por manter o fluxo contínuo de material para a indústria; entretanto, mesmo atuando em um só setor, as possibilidades de atuação, no mercado, são diferentes, enquanto a indústria já está estabelecida e busca reduzir seus custos, as cooperativas lutam pela sobrevivência (MICHALSKI FILHO *et al.*, 2009). Os autores também afirmaram que as indústrias que operam no setor de reciclagem são responsáveis pela colocação na economia brasileira de grande quantidade de recursos. Outros números significativos, a respeito da reciclagem, são disponibilizados pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem (Cempre, 2011) segundo a organização, no ano de 2011, a reciclagem de latas de alumínio para bebidas movimentou R\$ 1,8 bilhão na economia nacional. Volume financeiro equivalente ao de empresas que estão entre as maiores do país. Somente a etapa de coleta (a compra das latas usadas) injetou R\$ 555 milhões, o equivalente à geração de emprego e renda para 251 mil pessoas. Aproximadamente 98,3% da produção nacional de latas consumidas foi reciclada em 2011. Na reciclagem de latas de alumínio para bebidas, no mesmo ano, o País reciclou 248,7 mil toneladas de sucata, o que corresponde a 18,4 bilhões de unidades, ou 50,4 milhões por dia ou 2,1 milhões por hora.

Comprova-se, ainda, que o Brasil é o recordista absoluto na reciclagem de latas de alumínio pelo 10º ano. Devido ao seu alto valor e a eficiência na sua coleta. A lata de alumínio é usada basicamente como embalagem de bebidas. Cada brasileiro consome em média 54 latinhas por ano, volume bem inferior ao norte-americano, que é de 375. Além de reduzir o lixo que vai para os aterros, a reciclagem deste material proporciona significativo ganho energético. Para reciclar uma tonelada de latas gasta-se 5% da energia necessária para produzir a mesma quantidade de alumínio

pelo processo primário. Isto significa que cada latinha reciclada economiza energia elétrica equivalente ao consumo de um aparelho de TV durante três horas. A reciclagem evita a extração da bauxita, o mineral beneficiado para a fabricação da alumina, que é transformada em liga de alumínio. Cada tonelada do metal exige cinco de minério (CEMPRE, 2011). É importante ressaltar que boa parte das latas é coletada por catadores autônomos.

Todavia, a logística da cadeia da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos é extremamente complexa, em razão dos diferentes segmentos econômicos nela envolvidos, que vão desde os catadores, passando por garrafeiros (ou também donos de caminhões) sucateiros (ou donos de ferro velho), até os atravessadores e, por fim, as indústrias. Estes diversos segmentos variam muito em número e características de acordo com o tipo de material e com a região em que ocorre a coleta, comercialização e industrialização. No que diz respeito ao comércio dos recicláveis, a cada etapa ou ator envolvido no processo pelo qual passa a mercadoria, desde a coleta até o seu beneficiamento, é agregado valor em função do tratamento (separação por tipo, prensagem e limpeza) e do volume acumulado (CARMO, 2009). Desta forma, percebe-se que o catador é explorado duplamente em dois momentos e espaços, pelo capital e pelo Estado. Inserido na informalidade tem de vender seus achados a preços irrisórios, enquanto o atravessador repassa a mercadoria com um valor adicionado à indústria que, por sua vez transforma a mercadoria descartada em um novo produto comercializável e com um sobrevalor agregado. Entrecruzam-se o valor de uso e o valor de troca: a mercadoria reciclada que antes já foi valor de uso, adquirida pela troca, volta a ser valor de uso pela interferência *mágica* de tornar-se novamente valor de troca e retornar ao mercado. Os catadores estão na ponta do processo de reciclagem, que começa na rua e termina na fábrica (MELO & SOUTO, 2011).

Segundo Moraes (2009) “ao considerar questões relacionadas ao meio ambiente, o catador vai além de vislumbrar o processo de trabalho em si, mas acaba justificando mais uma função social do seu fazer. Função que contribui, significativamente, para a limpeza urbana, ou seja, para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano, apesar de não possuir nenhum apoio municipal para tal exercício; no entanto, para que ações como estas sejam desenvolvidas de forma ainda mais consciente, há a necessidade de o catador compreender questões ainda mais complexas, como por exemplo, o fato de estarem situados, enquanto base de sustentação, em um circuito complexo de reciclagem, sendo fundamentais à cadeia produtiva”.

É interessante destacar que a autonomia apontada pelos catadores sofre interferência do próprio mercado de compra dos materiais coletados, uma vez que já existe uma rotina de trabalho com horários, dias e compradores definidos e quem não se insere nesta rotina, corre o risco de não conseguir o suficiente para o seu próprio sustento. Apesar de todos os desafios que incidem no trabalho realizado pelos catadores, os resíduos sólidos são um nicho de mercado que não pode ser

ignorado. Existe, no trabalho de catação, uma possibilidade significativa de incluir socialmente as pessoas que não teriam, provavelmente, outras oportunidades no mercado de trabalho (SCHMITT & ESTEVES, 2011).

Na atualidade, o desafio das grandes cidades tem sido o de como gerenciar os resíduos sólidos. Por sua vez, o desafio dos catadores destes resíduos tem sido o de como melhorar as condições de trabalho na atividade e aumentar os rendimentos oriundos desta atividade. Fazer gestão de resíduos sólidos e pensar em reciclagem em larga escala, por meio de ampliação dos relacionamentos profissionais entre os membros das cooperativas (os catadores) é um desafio para a gestão pública, empresarial e socioambiental nas grandes cidades ou em meios urbanos geradores de elevada taxa de resíduos sólidos. Os catadores (muitas vezes tratados como “agentes ambientais”) são ponto central da reciclagem e, para serem tratados como empreendedores, necessitam de maior formação escolar, de incentivo à ampliação dos relacionamentos profissionais e de maior atenção a políticas que ampliem a visão dos resíduos como um aglomerado produtivo e os catadores como centro deste arranjo (FARIAS FILHO & SANTOS, 2011).

Para Schmitt & Esteves (2011) por meio do trabalho da catação os catadores buscam condições que lhes permitam ser incluídos como sujeitos na sociedade; portanto ser reconhecidos enquanto sujeitos, portadores de direitos e deveres e passar necessariamente pela melhoria das condições de trabalho, uma vez que se pode observar que as condições de trabalho às quais eles são submetidos são subumanas e necessitam de uma ação emergencial em aspectos fundamentais como higiene e salubridade. Além disso, apesar da ausência de contratos de trabalho e de pagamento em forma de salário na rotina dos catadores, torna-se importante indagar quais as articulações existentes entre o trabalho dos catadores e o capital envolvido nas “empresas” da reciclagem, de modo a revelar como são realizadas e reproduzidas historicamente as condições do trabalho dos catadores (BOSI, 2008) os quais, embora desempenhem um papel fundamental na cadeia produtiva, representam o elo mais frágil de todo o sistema (ZANETI *et al.* 2009).

De acordo com Bosi (2008) para que a reciclagem pudesse estabelecer-se sem a presença dos catadores teria sido necessário que a separação de resíduos fosse realizada por meio de uma coleta seletiva de lixo em ampla escala. Isto poderia ter sido feito pelas empresas que recolhem o lixo, desde que as residências ou as empresas que participassem desta coleta tivessem separado antecipadamente os tipos especiais a partir de meados da década de 1995. Quanto em relação rápida exemplificação, vale lembrar que o Brasil assumiu, neste período, posição de destaque tanto em relação à quantidade do material reciclado, quanto em relação ao volume do faturamento alcançado neste negócio.

Para Campos *et al.* (2009) o trabalho das associações de catadores de resíduos sólidos é vinculado à atividade de reciclagem. Às vezes, esta atividade é realizada pela própria associação;

outras vezes, é realizada em parceria com empresas privadas ligadas às associações. A reciclagem tem se mostrado como uma opção importante e viável nesta época, quando a preocupação com o meio ambiente é fundamental. A criação das associações de catadores de lixo, enquanto atividade econômica, viável, repercutiu no mundo a partir das discussões apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92) em que a sociedade viu na reciclagem uma maneira de amenizar os problemas ecológicos, e as associações de catadores de lixo, uma solução para a falta de renda às pessoas menos favorecidas. Em suma, os autores concluíram de forma bem simplificada que, o lixo que precisa ser recolhido e reciclado para a sobrevivência do planeta, encontra no catador uma saída, e o catador, que precisa de trabalho, encontra no lixo uma alternativa de sobrevivência.

4 CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA DOS CATADORES

Uma das maneiras de evitar a exploração dos catadores pelos intermediários é a organização destes profissionais em cooperativas que melhoram não só sua renda como também suas condições de trabalho. A formação de cooperativas de reciclagem em diversas regiões do Brasil tem sido objeto de investigação de pesquisas que mostram a importância desta atividade para mitigar o impacto ambiental dos resíduos sólidos, urbanos, por meio do trabalho de coleta seletiva de lixo. Por outro lado, estudos mostram as dificuldades destes profissionais que começam a se organizar em cooperativas, com o apoio, ainda precário, dos setores público e privado e da sociedade civil. Estas cooperativas contribuem com a extensão da vida útil de produtos e embalagens por meio da coleta, separação e fornecimento de matéria-prima secundária para a indústria. Desta forma, consolidam os programas de logística reversa de empresas que buscam a recuperação de produtos recicláveis (SOUZA *et al.* 2012). A organização do trabalho em cooperativas configura uma alternativa de fortalecimento dos catadores de materiais recicláveis na busca de melhores condições de trabalho (MEDEIROS & MACEDO, 2007).

Souza *et al.* (2012) acrescentaram que, “os principais benefícios que resultam da coleta de material reciclável pelas cooperativas, além da melhoria da renda para os trabalhadores envolvidos, são: contribuição à saúde pública e ao sistema de saneamento; fornecimento de material reciclável de baixo custo à indústria; redução nos gastos municipais e contribuição à sustentabilidade do meio ambiente, pela diminuição tanto de matéria-prima primária, utilizada, que conserva recursos e energia, quanto da necessidade de terrenos a ser utilizados como aterros sanitários”.

É relevante perceber que, para os catadores, a organização em cooperativas possibilita uma condição de trabalho mais favorável, com estrutura física mais adequada e oportunidades de ganho maiores, tanto na perspectiva material como social (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

Durante a década de 1990 várias associações e cooperativas de catadores foram se formando pelo Brasil, bem como alguns governos locais foram implantando programas de coleta seletiva com inclusão dos catadores. No entanto, este processo não foi simples, nem linear, mas sim marcado por dinâmicas diversas e conflitos sociais. Além disto, o problema da reciclagem foi ganhando, gradativamente, espaço na agenda pública, vinculada ao discurso ambiental e ao econômico (CARMO, 2008 *apud* PEREIRA, 2010).

De acordo com Pereira & Teixeira (2011) em situação de rua, submetidos a condições precárias de vida e ao desrespeito da sociedade, os catadores iniciaram um processo de luta para mudar esta realidade. Este processo ocorreu inicialmente em algumas capitais do país, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, por meio do trabalho desenvolvido por organizações da Igreja Católica. Na década de 1990, começou a ganhar repercussão pública a situação precária de milhares de pessoas, inclusive crianças, que sobreviviam da cata de materiais em lixões. Diante desta situação de calamidade em vários lixões do país, em 1998 foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) por iniciativa do United Nations Children's Fund (UNICEF) com os seguintes objetivos: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários.

Nos últimos anos, por meio de maior organização e consolidação de associações e cooperativas, os catadores foram se articulando com apoio de uma rede de organizações da sociedade civil. Com a realização de encontros de catadores de várias regiões do país, para troca de experiências, deu-se início a um processo de articulação entre cooperativas e associações de catadores que foi uma das bases para a formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – (MNCR) que surge em meados de 1999 durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, sendo formalizada sua criação em junho de 2001, em Brasília, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Neste evento foi elaborado um documento chamado Carta de Brasília, no qual foram estabelecidas as diretrizes principais do MNCR. A partir da formação do movimento, realizaram-se vários encontros para estabelecer e fortalecer articulações integrando catadores de associações e cooperativas de todo o país e posteriormente se articulando na rede de catadores da América Latina e Caribe (PEREIRA, 2010).

Pereira (2010) também assegurou que, apesar do reconhecimento oficial do trabalho dos catadores quanto profissão, e das ações de apoio do poder público no âmbito municipal e federal, estes trabalhadores permanecem ainda culturalmente estigmatizados pela sociedade e em condições precárias de trabalho, sendo privados de direitos básicos. Sua identidade ainda é vinculada à sujeira, à marginalidade e ao perigo. Por sua vez, a organização e as ações coletivas do MNCR, buscam

ressignificar socialmente e valorizar o trabalho realizado pelos catadores. Da estigmatização de um trabalho sujo, impróprio, por estarem em contato direto com o “lixo”, buscam o reconhecimento da importância e utilidade social deste trabalho. A inserção na CBO em 2002 foi uma conquista inicial e apenas no campo formal, mas por ter tornado visível à sociedade a contribuição deste trabalho, teve o potencial, em certa medida, de possibilitar para os catadores a retomada de sentidos de pertença sociais. Estes passam a ser relacionados como agentes ambientais, destacando o aspecto social e ecológico de seu trabalho, o que tem proporcionado, em algum grau, um sentido de valorização e contribuição social; no entanto há ainda uma longa luta por reconhecimento, com um tortuoso caminho pela frente já que os catadores se encontram em condições precárias de trabalho, privados de direitos e submetidos à exploração e a degradação.

Deste modo, o MNCR reivindica o reconhecimento social das atividades realizadas pelos catadores, ressaltando a importância deste grupo enquanto agente ambiental, que promove a reciclagem, reduz a contaminação do solo e de rios e aumenta a vida útil dos aterros sanitários que hoje é um dos grandes problemas por causa da falta de espaço e do alto preço para destinação dos resíduos sólidos. O movimento busca por meio de uma semântica coletiva interpretar de forma pública a importância das atividades realizadas pelos catadores, associando em seu discurso não apenas o problema de justiça social, mas também o problema ambiental. Deste modo, busca-se valorizar o papel do catador e sua reputação social não como um marginal, mas como um trabalhador e agente ambiental. Esta interpretação social do movimento quanto à realidade em que estão inseridos e sua contribuição por meio das atividades que realizam podem ser percebidas nos documentos do movimento e nas falas dos catadores em eventos (PEREIRA, 2010).

Tal interpretação pode ser percebida nas entrelinhas como missão do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) disponível no site do MNCR, “*nossa missão é contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis, a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo) estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas, ou em processo de organização. Reconhecemos ser de fundamental importância para as gerações futuras este trabalho e temos consciência de sua importância também para as cadeias produtivas e políticas públicas de gestão de resíduos sólidos*”.

Cumpre ressaltar o que consta do documento produzido a partir do evento EXPOCATADOR, realizado em outubro de 2009, em que se coloca que os governos nacionais devem “*reconhecer o papel central e produtivo dos catadores/recicladores, que contribuem para a mitigação da mudança climática*” (PEREIRA, 2010).

5 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CATADORES

Segundo Pereira & Teixeira (2011) a partir do final da década de 1990, prosseguindo na de 2000, os catadores foram se articulando com o apoio de uma rede de organizações da sociedade civil e formaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 2001. Gradativamente o tema da inclusão social e produtiva de catadores foi ganhando repercussão pública e espaço na agenda de governos locais, tendo, em 2003, no governo Lula, alcançado a agenda governamental, nacional. É importante destacar que tais processos não foram simples, tampouco lineares, mas sim marcados por dinâmicas variadas e conflitos sociais. No âmbito do governo federal, em 2003, por decreto presidencial, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Também foi publicado o decreto 5.940, de 2006, que prevê que todas as repartições públicas da administração direta ou indireta devem fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. Por meio da Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitiu-se que as administrações públicas pudessem contratar com dispensa de licitação, as organizações de catadores de materiais recicláveis, para a prestação de serviços de coleta seletiva. Por outro lado, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) teve início a realização de ações de apoio aos catadores, ligadas à inclusão social e produtiva. Outro avanço em âmbito federal foi a aprovação, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - lei nº 12.305) que prevê a inserção social de catadores em programas de coleta seletiva, municipais, como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a ser elaborado por todos os municípios.

A Política prevê a integração de catadores aos processos de coleta seletiva, cabendo aos municípios a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Além disto, a PNRS institui princípios como o da logística reversa. É importante destacar que as políticas desenvolvidas, seja no âmbito local, seja no âmbito nacional, são voltadas para catadores organizados em associações e cooperativas; no entanto a maioria dos catadores no país encontra-se desorganizada, trabalhando individualmente nas ruas ou em lixões, ficando, assim, à margem da margem. Além disto, considerando a quantidade de resíduos sólidos, produzidos no Brasil, ainda se recicla muito pouco e, por sua vez, as dificuldades e os custos para a disposição em aterros sanitários aumentam progressivamente; ou seja, ainda não existe uma alternativa que dê conta da magnitude do problema da gestão dos resíduos sólidos e da inserção efetiva dos catadores neste processo (PEREIRA & TEIXEIRA, 2011).

Em certa medida, houve a junção de três fluxos: a) um problema que ganhou reconhecimento público, b) um ambiente político favorável à entrada de questões, como esta, na agenda e c) uma alternativa ao problema que se apresentou viável e com bons resultados

comprovados – inclusão de catadores em programas de coleta seletiva – mas que não dá conta totalmente das diferentes dimensões do problema, como, por exemplo, a melhoria das condições de trabalho de catação. Na realidade, ainda não há uma alternativa que consiga dar conta dos desafios em que os catadores estão inseridos, mas a inserção deste grupo em programas municipais de coleta seletiva é um primeiro passo necessário. No caso analisado, é fundamental reconhecer o papel de diferentes organizações da sociedade civil, como o MNCR, que abrange várias associações e cooperativas de catadores do país, o FNLC, os fóruns estaduais e municipais Lixo e Cidadania e as demais organizações que compõem a rede de apoio aos catadores. Estes atores buscam influenciar a construção de políticas públicas que promovam o acesso a direitos. A luta dos catadores por melhores condições de vida e trabalho e a gradativa incorporação deste problema em políticas públicas abrange muitos desafios, uma vez que a gestão dos resíduos sólidos envolve diversos atores com interesses distintos. A questão do lixo nos leva a repensar os padrões de produção e consumo da sociedade e seus impactos socioambientais; no entanto o lixo, muitas vezes, é tratado apenas como um novo negócio, no qual alguns segmentos da sociedade, principalmente aqueles com maior poder econômico e político, acabam se beneficiando. É imprescindível a construção de políticas públicas que possibilitem o exercício efetivo de direitos por milhares de catadores do país, que estão em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Há que se reconhecer os avanços nos últimos anos em termos de reconhecimento público do problema e de construção de políticas públicas voltadas ao tema; mas ainda há muito que ser feito, já que a gestão dos resíduos sólidos é um grande desafio, não apenas ambiental, econômico, tecnológico ou social, mas, sobretudo político, visto que envolve a escolha do tipo de sociedade que se quer – se de fato vamos caminhar rumo a uma sociedade sustentável, justa e democrática (PEREIRA & TEIXEIRA, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa deste artigo-revisão é provocar a visão dos estudiosos do tema, catadores de materiais recicláveis e o processo da cadeia produtiva da reciclagem e, assim, alimentar a discussão do assunto relacionado com o social, o ambiental e o econômico, centrados na valorização do ser humano, na importância do trabalho desenvolvido pelo catador para o meio ambiente, para a economia do país, bem como, para suprir a demanda da indústria da reciclagem, e principalmente, destacar a inserção do trabalho da catação em políticas públicas consolidadas.

Para Campos *et al.* (2009), “os catadores viram no lixo uma alternativa para sua sobrevivência, e a sociedade encontrou na reciclagem um modo de reverter o crescente quadro de degradação ambiental; contudo, a reciclagem não deve ser vista unicamente como a principal solução para o lixo. Ela é tão somente uma atividade econômica que deve ser encarada como um elemento dentro de um conjunto de soluções ambientais”.

De acordo com Grippi (2001) *apud* Campos *et al.* (2009), apenas “separar o lixo sem um mercado é enterrar em separado”; ou seja, a separação de materiais do lixo aumenta a oferta de materiais recicláveis; entretanto, se não houver demanda por parte da sociedade ou do mercado, o processo será interrompido e os materiais podem abarrotar os depósitos ou ser enterrados em outro lugar.

Neste contexto, percebe-se também a importância da organização da cadeia produtiva da reciclagem; no entanto o papel significativo exercido pelos catadores de materiais recicláveis. A invisibilidade perante a sociedade, o preconceito, o estigma, somados a desigualdade de classe social já vigente no interior do sistema produtivo, torna o exercício profissional do catador um grande desafio.

Porém, não se deve ignorar a responsabilidade dos governos, da indústria da reciclagem e da sociedade como atores importantes nesse ciclo produtivo.

Para Pereira (2010) “o fato de que os catadores estão na base da cadeia produtiva da reciclagem em condições subumanas de trabalho, enquanto os grandes lucros deste processo ficam com as indústrias recicladoras. Muitas vezes a indústria da reciclagem ainda se vale do discurso social e ambiental, quando, na realidade, a reciclagem esconde três problemas centrais: a necessidade de redução do consumo, a exploração social do trabalho de catadores e o fato de a reciclagem ser movida, sobretudo pelos interesses de obtenção de lucro pelas empresas. O discurso oficial da reciclagem deixa, em segundo plano, a redução do consumo e a reutilização, como se a reciclagem fosse a solução dos problemas do consumismo”.

Tal episódio tende para o esforço das empresas/indústrias no sentido de fomentar a inclusão de catadores no processo da reciclagem, assim como, criar programas de apoio às cooperativas que facilitem a coleta e o tratamento dos materiais, e estabelecendo dessa forma, acordos entre os segmentos envolvidos.

Somada a esta conjuntura encontra-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010, que imprime diretrizes para a realização de programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros com a inclusão de catadores, assim como, traz responsabilidades a todos os participantes da cadeia produtiva.

Neste cenário também está o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR e a incumbência de mobilizar e organizar milhares de catadores em todo o Brasil para que estes possam ser inseridos na cadeia produtiva da reciclagem. O reconhecimento social do papel profissional do catador é um passo fundamental para o enfrentamento da exploração e da exclusão da categoria.

Por fim, entende-se que, ao valorizar a reciclagem e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, constrói-se um modelo sustentável que não tem por objetivo o fragmento, mas

a ininterruptão do processo, aliás, é necessária uma prática correta de usufruto do patrimônio natural, dentro de um contexto social digno, aliado a uma mudança profunda nos moldes de produção e consumo atuais, e nós precisamos garantir-lhe as condições adequadas.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida.

REFERÊNCIAS

BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katál**, v. 12, n. 1, p. 106-112, 2009.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 102-103, 2008.

CAMPOS, L. M. S. *et al.* A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 2, n. 3, p. 6-10, 2009.

CARMO, M. S. A semântica ‘negativa’ do lixo como aspecto ‘positivo’ – um estudo de caso sobre a associação de recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 123-124, 2009.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PELA RECICLAGEM. Ficha técnica. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/ft_latas.php>. Acessado em 23 de jun. 2013.

FARIAS FILHO, M. C.; SANTOS, A. J. C. A análise da rede de catadores de materiais recicláveis: limites e possibilidades da reciclagem como negócio. **FACEF PESQUISA**, v. 14, n.2, p. 179-180, 2011.

FOSSÁ, M. I. T.; SAAD, D. S. As representações sociais construídas pelos catadores de materiais recicláveis. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 26, 2006. **Boletim Informativo**. Fortaleza (CE): ABEPRO, 2006, p. 4-5.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 65-69, 2006.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2007.

MELO, J. A.; SOUTO, J. V. Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o estado e o capital. **Temporalis**, n.21, p. 60-64, 2011.

MICHALSKI FILHO, C. *et al.* A Indústria da reciclagem e as cooperativas de catadores, uma abordagem sob o ponto de vista da estratégia competitiva. In: Congresso Internacional de Administração, 6, 2009. **Anais ADM 2009 – Gestão Estratégica em tempos de mudança**. Ponta Grossa (PR), 2009.

MORAES, C. A. S. Catadores da sobrevivência: a “matéria viva” no cenário do lixo. **Vértices**, v. 11, n. 1/3, p. 110-122, 2009.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. O que é o Movimento? Disponível em:<http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento>. Acessado em 23 jun. 2013.

PEREIRA, M. C. G. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) À luz da teoria do reconhecimento. In: III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 3, 2010. **Anais**. Florianópolis: FVG-EASP, 2010, p. 1845-1849.

PEREIRA, M.. C. G; TEIXEIRA, M. C. A. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 896-911, 2011.

SCHMITT, J. M. P.; ESTEVES, A. B. S. As Condições de trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis do Lixão na capital do Brasil. In: Second International Conference of Young Urban Researchers, 2, 2011. **Anais SICYUrb**. Lisboa: ISCTE-IUL, p. 2-17, 2011.

SOUZA, M. T. S.; PAULA, M. B.; PINTO, H. S. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **RAE**, v. 52, n. 2, p. 247-260, 2012.

VIEIRA, A. C. M.; RICCI, F. Cooperativas Populares de Reciclagem e a articulação entre geração de renda, reciclagem e gestão ambiental. In: V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 5, 2008. **Anais SEGeT**. Rio de Janeiro: AEDB, p. 3, 2008.

ZANETI, I. C. B. B.; SÁ, L. M.; ALMEIDA, V. G. Insustentabilidade e produção de resíduos: a face oculta do sistema do capital. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 184, 2009.